CAO-JÚRI

Edição n. 04/2020 CUIABÁ, 24 de setembro de 2020.

SUMÁRIO

IV ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DO JÚRI....4

PROJETO NÚCLEO DE DEFESA DA VIDA....4

CAO-Júri e Núcleo de Defesa da Vida participam de entrevista sobre projeto que concorre ao Innovare. .4

DOCUMENTOS E VÍDEOS....5

Manual “Gestão Processual no Tribunal do Júri"....5

Debate em vídeo sobre o Júri: Rogério Sanches X Nestor Távora....6

PL dá nova redação ao crime de feminicídio e o considera crime autônomo....6

Mesmo com quarentena, Brasil tem alta de 6% no número de assassinatos no 1º semestre....6

Vídeo - Feminicídio: O crime que mais cresce na pandemia....6

Pacote Anticrime: evento online do MPF debateu alterações das regras do tribunal do júri....7

JÚRI EM TEMPOS DE PANDEMIA....7

Magistrados são a favor de sessões do Tribunal do Júri por videoconferência....7

Membros do MP pedem volta presencial de Tribunal do Júri: "não devem permanecer suspensas indefinidamente"....7

Tribunal do Júri por videoconferência inviabiliza defesa, avaliam advogados....8

IAB considera inconstitucional projeto do CNJ autorizando júris virtuais durante pandemia....8

Cesa envia manifestação ao CNJ contra tribunal do júri por videoconferência....8

Mussi defende flexibilização de atos do Tribunal do Júri durante a pandemia....9

CNJ: Mudanças no tribunal do júri poderão viabilizar retomada na pandemia....9

Retomada do Tribunal do Júri é destaque do CNJ Especial Coronavírus desta quinta (13/8)....9

Júri de Brasília retoma julgamentos de réus presos durante a pandemia....10

TJ-SP: Sete jurados e uma sentença - retomada gradual dos julgamentos do júri....10

TJCE: Justiça Cearense realiza primeiro júri após medidas de prevenção à Covid-19 e condena réu a 12 anos de prisão....10

Vídeo - CNJ Entrevista: Retomada das sessões do Tribunal do Júri....11

TJDFT: Tribunal do Júri retoma julgamentos presenciais com réus presos....11

TJ-PB: Ato 08/2020 orienta juízes com competência em processos do Júri para a realização das sessões em tempos de Covid-19....11

Tribunal do Júri será retomado em Goiás a partir de 5 de outubro....12

Acessibilidade: Tribunal do Júri Popular de Timon (MA) retoma sessões em novas instalações....12

Plano de Biossegurança para as sessões presenciais do Tribunal do Júri no Tocantins é aprovado....12

NOTÍCIAS – MPs E TJs....13

TJPA: Mantida prisão de acusado de participar de chacina....13

TJSC: 1º Grupo Criminal mantém pronúncia de motorista que atropelou e matou pedestre na capital....13

TJMS: TJ decide que não há previsão legal de reexame necessário na absolvição imprópria em homicídio qualificado....14

GT da CONAMP estuda novo protocolo nacional para investigação de crimes de feminicídio....14

TJ-SP rejeita anulação de júri de réu que ficou algemado no plenário....15
Três dos réus da chacina de Colniza não vão a júri popular, decide TJ-MT....15
Juiz cita Santo Agostinho ao conceder perdão judicial a acusado de matar mãe e esposa....15
Justiça de SC nega liberdade a homem que teve Júri cancelado pela pandemia da Covid-19....16
MPF: Competência para julgar crimes contra a vida praticados por militar com vítima civil é do Tribunal do Júri....16
TJ-SP: Mantida condenação de pais que contataram facção criminosa para matar homens que teriam abusado da filha....16
MPSP quer reverter habeas corpus que colocou Mizael Bispo em prisão domiciliar....17
MPRS denuncia por homicídio qualificado e tortura pai que matou filho de 1 ano e 11 meses....17
Madrasta acusada de matar enteada envenenada por herança de R$ 800 mil deve ir a júri popular em Cuiabá....18
Precedentes do TJDFT: Magistrado não pode excluir qualificadora que não seja manifestamente improcedente na decisão de pronúncia....18
MPPB: Júri de Piancó acolhe qualificadoras e causas de aumento de pena defendidas pela Promotoria e condena homem a 24 anos de prisão por feminicídio....18
TJSC confirma condenação por tentativa de homicídio para motorista que nocauteou PM....19
Caso Kiss: Réus serão julgados em Porto Alegre....19
Após atuação do MPAC, réus são sentenciados a mais de 67 anos pela morte de policial penal e por integração em organização criminosa....19
TJ-SP anula júri por contradição na votação de quesitos....20
TJMT: 21ª reunião do Gemam terá distribuição de oito temas para estudo, incluindo Tribunal do Júri....20
STJ....20
Presunção de influência do júri por comentários do promotor na imprensa não basta para mudança de foro....21
Flexibilização de prisão na pandemia exige análise da situação individual, diz presidente do STJ ao negar HC coletivo....21
STJ mantém condenado por homicídio e tráfico em prisão federal....21
STJ: Dolo na prática de homicídio se estende ao crime contra segunda vítima atingida por erro de pontaria....22
Dúvida na autoria de crime contra a vida deve ser resolvida pelo Júri, diz STJ....22
STJ: Sexta Turma nega habeas corpus para ex-policial acusado de participar da Chacina de Osasco...22
STJ: Terceira Seção admite aumento de pena para homicídio contra adolescente maior de 14 anos....23
Justiça Federal vai julgar engenheiro acusado de matar ex-companheira na Austrália....23
STJ: Nova Pesquisa Pronta trata das qualificadoras feminicídio e motivo torpe....23
Caso Mércia Nakashima: Após inércia da vara de execuções penais, STJ concede domiciliar a Mizael Bispo....24
Terceira Seção rejeita recurso da Google contra fornecimento de dados no caso Marielle Franco....24
STJ anula pronúncia após juiz dizer que "sem dúvida" ação dos réus foi deliberada....25
Para Sexta Turma, prisão em flagrante pode, excepcionalmente, ser convertida em preventiva sem pedido do MP ou da polícia....25
Policiais acusados da morte de ambulante em São Paulo serão julgados pelo tribunal do júri....25
Terceira Seção examinará competência para desclassificar homicídio doloso imputado a motorista....25
STF....26
Promotor acusado de homicídio poderá ir a Tribunal do Júri....26
STF: Decano suspende realização de novo Júri em caso de absolvição genérica contrária às provas dos autos....26

Absolvição genérica contrária às provas dos autos não enseja novo Júri, diz Celso.....27
STF: Mantida prisão de denunciados por 24 mortes em desabamento de prédios na Muzema (RJ).....27
STF: 1ª Turma rejeita HC de acusado de matar advogado por dívida de criptomoeda.....28
STF: Mantida prisão preventiva de tanzaniano acusado de matar enteado de sete anos.....28
Cármen Lúcia restabelece sentença de impronúncia por falta de indícios de autoria do crime.....28
STF cassa decisão do TJ-SP que não observou "cláusula de plenário".....29
Soberania do júri não autoriza imediata execução de condenação, diz IDDD ao STF.....29
ARTIGOS.....29

Investigação de crime doloso contra a vida praticado por militar estadual.....30
Dever Fundamental.....30
Videoconferência no Tribunal do Júri causa cisão no mundo do Direito.....30
O ‘in dubio pro societate’ no rito especial do júri.....30
O júri na pandemia e a resistência injustificada à videoconferência.....30
Recurso contra veredicto injusto do tribunal do júri.....30
Necro-Hermenêutica.....30
A videoconferência no tribunal do júri: por uma dialética mais fidedigna.....30
O STF e o controle judicial da absolvição por clemência no tribunal do júri.....30
O tribunal do júri e a videoconferência: os problemas da proposta em trâmite no CNJ.....30
Protagonistas do Júri.....30

IV ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DO JÚRI

A Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP) realiza, nos dias 1º e 2 de outubro, o IV Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri. O evento, cujo período de inscrição vai de 8 a 30 de setembro, é gratuito e destinado exclusivamente a membros do Ministério Público da União e dos Estados. Pela primeira vez, o evento terá transmissão on-line: "A organização se preocupou em fazer com que centenas de colegas dos mais variados e distantes municípios do Brasil pudessem participar desse tradicional encontro sem a necessidade de deslocamento", explicou o membro auxiliar da UNCMP, Danni Sales.

Confira a programação!

Notícias relacionadas:
UNCMP realiza, nos dias 1º e 2 de outubro, o IV Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri
UNCMP abre mais vagas para o IV Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri

PROJETO NÚCLEO DE DEFESA DA VIDA

- CAO-Júri e Núcleo de Defesa da Vida participam de entrevista sobre projeto que concorre ao Innovare

O Projeto Núcleo de Defesa da Vida, do MPMT, está entre as 646 práticas selecionadas para participar da 17ª edição do Prêmio Innovare (2020).

No dia 27/07, as equipes do Núcleo de Defesa da Vida e do Centro de Apoio Operacional do Júri, sob Coordenação do Promotor de Justiça Dr. Vinicius Gahyva Martins, participaram de entrevista pela consultora jurídica Rubia Salah Ayoub. A entrevista faz parte da segunda etapa do prêmio que trata da verificação dos resultados do projeto e

captação de mais informações sobre o funcionamento do trabalho. Em razão da necessidade de distanciamento social, a reunião foi realizada por meio de videoconferência.

A previsão é que o processo de análise das práticas selecionadas siga até o dia 26 de outubro, quando a Comissão se reunirá para decidir sobre os finalistas.

DOCUMENTOS E VÍDEOS

- **Manual "Gestão Processual no Tribunal do Júri"**

Em julho/2020, com o objetivo de debater e apresentar propostas para simplificar e otimizar os procedimentos de competência do Tribunal do Júri, o Conselho Nacional de Justiça promoveu o "Seminário Digital Gestão Processual no Júri e Propostas em Tempo de Crise". Durante o evento, o CNJ lançou o manual "Gestão Processual no Tribunal do Júri" que visa auxiliar magistrados de todo o país na tarefa de realizar um processo com mais eficiência e celeridade, sem comprometer os direitos garantidos aos réus pela Constituição.

Baixe o documento AQUI.

Assista AQUI a gravação do evento disponibilizada no Youtube.

Notícias relacionadas:

Seminário vai debater propostas para otimizar Tribunal do Júri

CNJ: Manual vai ajudar juízes a conduzir Tribunal do Júri com mais eficiência

CNJ disponibiliza vídeo do Seminário Digital Gestão Processual no Júri e Propostas em Tempo de Crise

- Debate em vídeo sobre o Júri: Rogério Sanches X Nestor Távora

Os doutrinadores Rogério Sanches e Nestor Távora debatem "Questões Controvertidas no Júri - Teses de Acusação e Defesa". Clique aqui e assista!

- PL dá nova redação ao crime de feminicídio e o considera crime autônomo

Publicação em 23/08/2020

Tramita na Câmara dos Deputados o PL 4.196/20, que propõe dar nova redação ao crime de feminicídio para considerá-lo crime autônomo. Pela proposta, o crime de feminicídio deixa de ser uma qualificadora do crime de homicídio e se torna um crime autônomo previsto no art. 121-A, com pena base de 12 a 30 anos.

- Mesmo com quarentena, Brasil tem alta de 6% no número de assassinatos no 1º semestre

Publicação em 23/08/2020

O Brasil teve uma alta de 6% nos assassinatos no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado. É o que mostra o índice nacional de homicídios criado pelo G1, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

- Vídeo - Feminicídio: O crime que mais cresce na pandemia

Publicação em 31/08/2020

O feminicídio é um problema gravíssimo no Brasil e, durante a pandemia do coronavírus, os números de homicídios praticados contra mulheres aumentou consideravelmente. Nesse contexto, Walfredo Campos explica quais são os tipos de feminicídios existentes e se existem formas de prevenir esse crime. O autor fala também sobre a Lei 13.104/15, mais

conhecida como Lei do Feminicídio, que trouxe modificações ao Código Penal brasileiro. Assista aqui.

- Pacote Anticrime: evento online do MPF debateu alterações das regras do tribunal do júri

A execução provisória da pena em condenação do tribunal do júri foi um dos temas abordados na série de debates online sobre o chamado Pacote Anticrime, realizada pelo Ministério Público Federal em São Paulo. A professora de processo penal Marcella Mascarenhas Nardelli e o procurador da República Gustavo Torres Soares discutiram o assunto, tendo como mediador o procurador da República Bruno Magalhães. Confira aqui.

JÚRI EM TEMPOS DE PANDEMIA

- Magistrados são a favor de sessões do Tribunal do Júri por videoconferência

Publicação em 06/07/2020

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) é favorável ao uso de videoconferência para as sessões de julgamento do Tribunal do Júri como uma medida de contingência devido a epidemia do coronavírus. A manifestação foi encaminhada nesta quinta-feira (2/7) ao conselheiro Mario Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro, do CNJ, que relata a proposta de resolução para disciplinar as audiências de instrução por videoconferência, inclusive para o júri.

- Membros do MP pedem volta presencial de Tribunal do Júri: "não devem permanecer suspensas indefinidamente"

Publicação em 06/07/2020

Em nota técnica, a Conamp - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público se posicionou pela volta dos trabalhos presenciais para realização de Júri. Segundo a entidade, as audiências judiciais têm ocorrido, com sucesso, através do sistema de videoconferência neste período de pandemia. No entanto, em relação ao Tribunal do Júri, "há de se reconhecer que existem óbices de difícil superação".

- Tribunal do Júri por videoconferência inviabiliza defesa, avaliam advogados

Publicação em 07/07/2020

Sessões do Tribunal do Júri por meio de videoconferência violariam direitos e prejudicariam a defesa do acusado. É avaliação de criminalistas sobre manifestação da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) favorável ao dispositivo e encaminhada na semana passada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A associação entende que o momento de pandemia e isolamento social exige do Judiciário providências para garantir a continuidade dos seus serviços e o prosseguimento de processos judiciais.

- IAB considera inconstitucional projeto do CNJ autorizando júris virtuais durante pandemia

Publicação em 13/07/2020

Para o IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros, é inconstitucional o projeto de resolução, a ser votado no CNJ para autorizar a realização, durante a pandemia, de sessões de julgamento do Tribunal do Júri, por meio de videoconferência.

- Cesa envia manifestação ao CNJ contra tribunal do júri por videoconferência

Publicação em 20/07/2020

A proposta de sessões do tribunal do júri por videoconferência, que será apreciada pelo Conselho Nacional de Justiça, afronta princípios constitucionais e viola, especialmente, os princípios que regem o julgamento de crimes dolosos contra a vida.

- Mussi defende flexibilização de atos do Tribunal do Júri durante a pandemia

Publicação em 28/07/2020

"Essa pandemia tornou o julgamento do Tribunal do Júri de difícil realização. Como iremos proteger o Direito Constitucional sem comprometer a saúde dos envolvidos?", questionou o ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça, em palestra proferida no painel "As Repercussões da Pandemia no Direito Penal". Confira aqui.

- CNJ: Mudanças no tribunal do júri poderão viabilizar retomada na pandemia

Publicação em 04/08/2020

Como conciliar, em meio à pandemia, o direito à vida das vítimas envolvidas nos julgamentos do Tribunal do Júri e o direito dos réus a receber condenação ou absolvição pelos crimes de que são acusados foi o tema de um debate virtual com representantes dos magistrados, promotores e advogados no "Seminário Digital Gestão Processual no Júri e Propostas em Tempo de Crise", promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O painel abordou o impacto das medidas de prevenção ao contágio da Covid-19 nos ambientes institucionais do Poder Judiciário e a garantia do direito dos acusados de crimes dolosos contra a vida a serem julgados por júri popular.

- Retomada do Tribunal do Júri é destaque do CNJ Especial Coronavírus desta quinta (13/8)

Publicação em 13/08/2020

Para garantir a saúde e a segurança sanitária de magistrados, servidores, operadores do Direito e dos cidadãos, o Poder Judiciário restringiu, desde o início da pandemia do novo coronavírus, diversas atividades presenciais. Entre elas, está o Tribunal do Júri, onde são julgados crimes dolosos contra a vida. Desde junho, com a publicação da Resolução

322/2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou a retomada gradual de diversas atividades no Poder Judiciário, sendo o Tribunal do Júri parte delas.

- Júri de Brasília retoma julgamentos de réus presos durante a pandemia

Publicação em 13/08/2020

O Núcleo do Tribunal do Júri e Defesa da Vida do MPDFT acompanhou a abertura dos trabalhos na sessão plenária. Medidas de adaptação foram necessárias para o cumprimento das normas do Tribunal. Foi elaborado um relatório conjunto acerca das dificuldades e soluções enfrentadas no desenrolar da sessão plenária, sobretudo quanto ao necessário distanciamento social, inclusive entre os jurados. O documento visa informar e orientar os demais promotores de Justiça que atuam na área.

- TJ-SP: Sete jurados e uma sentença - retomada gradual dos julgamentos do júri

Publicação em 28/08/2020

Entre uma lista de 25 indicados, sete cidadãos convocados pelo Poder Judiciário são sorteados para decidir o destino de réus acusados de crimes dolosos contra a vida, como um homicídio, sendo assegurados o sigilo da votação, a soberania dos veredictos e a plenitude de defesa. Esse é o formato dos julgamentos pelo Tribunal do Júri, que, em razão da pandemia, foram suspensos no dia 16 de março, preservando a segurança de todos os envolvidos. Por suas caraterísticas – o princípio da incomunicabilidade de jurados e testemunhas, por exemplo – era inviável a realização desse tipo de julgamento por meio 100% virtual, como tem ocorrido em outras audiências e sessões. No dia 03/08, no entanto, as atividades dos júris foram retomadas de forma gradual e segura em todo o Estado.

- TJCE: Justiça Cearense realiza primeiro júri após medidas de prevenção à Covid-19 e condena réu a 12 anos de prisão

Publicação em 08/09/2020

Como forma de viabilizar a continuidade da prestação jurisdicional, a diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) disponibilizou às cinco Varas do Júri da Comarca de Fortaleza as adaptações necessárias de infraestrutura e tecnologia para a realização das sessões do júri com o uso do sistema de videoconferência. Dessa forma, foi viabilizada a participação remota de réus e testemunhas, observando-se todas as garantias constitucionais.

- Vídeo - CNJ Entrevista: Retomada das sessões do Tribunal do Júri

Publicação em 14/09/2020

Clique aqui e veja o vídeo de 25 minutos do Conselho Nacional de Justiça.

- TJDFT: Tribunal do Júri retoma julgamentos presenciais com réus presos

Publicação em 17/09/2020

Neste mês de setembro, o Tribunal do Júri de Águas Claras retomou os julgamentos presenciais de réus presos, com base na Portaria Conjunta 72/2020. As audiências e sessões presenciais estavam suspensas desde o mês de março, devido à pandemia da COVID-19. A sessão plenária foi realizada na última terça-feira, dia 8/9, com a observância de todas as medidas preventivas sanitárias, previstas em lei, contra o novo coronavírus, bem como ao disposto na Portaria Conjunta 78/2020.

- TJ-PB: Ato 08/2020 orienta juízes com competência em processos do Júri para a realização das sessões em tempos de Covid-19

Publicação em 18/09/2020

Buscando preservar a segurança da saúde dos magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados, no âmbito das sessões do Tribunal do Júri neste momento de pandemia, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo, e o corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo, assinaram o Ato Conjunto nº 08/2020. O texto traz recomendações aos juízes com competência em processos do júri

para que adotem algumas precauções quando da realização dos julgamentos. Os magistrados devem observar, ainda, as regras de biossegurança instituídas no Ato da Presidência n° 33/2020.

- Tribunal do Júri será retomado em Goiás a partir de 5 de outubro

Publicação em 22/09/2020

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nesta segunda-feira (21/9), durante a 63ª Sessão Virtual Extraordinária, a homologação do acordo entre o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e a Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) para retomar de forma segura o Tribunal do Júri no estado. O entendimento foi firmado a partir de conciliação mediada pela conselheira do CNJ Ivana Farina. As sessões do Júri em Goiás, após o início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), retornam no dia 5 de outubro.

- Acessibilidade: Tribunal do Júri Popular de Timon (MA) retoma sessões em novas instalações

Publicação em 23/09/2020

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) retomou as sessões de julgamento do Tribunal do Júri Popular na comarca de Timon (MA), após reforma e interrupção temporária diante da pandemia da Covid-19. Duas sessões foram realizadas nos dias 15 e 16 de setembro, sob a presidência do juiz Francisco Soares Reis Júnior, titular da 2ª Vara Criminal.

- Plano de Biossegurança para as sessões presenciais do Tribunal do Júri no Tocantins é aprovado

Publicação em 23/09/2020

Representantes do Ministério Público do Tocantins (MPTO), da Defensoria Pública Estadual (DPE-TO), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ-TO) aprovaram nesta segunda-feira, 21, por unanimidade, o Plano de Biossegurança para a retomada das sessões presenciais do Tribunal do Júri no Tocantins.

O Plano é resultado da cobrança do MPTO para definir procedimentos que garantam a segurança de todos os participantes das sessões do Tribunal do Júri, sem prejudicar os recursos de expressão oral utilizados pelas partes para defender as suas teses perante o Júri.

NOTÍCIAS – MPs E TJs

- TJPA: Mantida prisão de acusado de participar de chacina

Publicação em 01/07/2020

Em reunião realizada no sistema Plenário Virtual, a Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará negou pedido de liberdade réu Arney Augusto Carvalho Barros, policial militar acusado de supostamente participar de chacina que resultou na morte de seis pessoas em Ananindeua em abril de 2018. A defesa alegou a ocorrência de constrangimento ilegal, considerando que o acusado está preso desde novembro de 2018, mas o relator do Habeas Corpus, desembargador Mairton Marques Carneiro, entendeu pela inexistência de constrangimento, ressaltando que o processo tramita de forma normal.

- TJSC: 1º Grupo Criminal mantém pronúncia de motorista que atropelou e matou pedestre na capital

Publicação em 01/07/2020

O Primeiro Grupo de Direito Criminal do TJSC, sob a presidência do desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, deu sequência hoje (24/6) aos trabalhos da seção, com julgamentos por videoconferência. O sistema audiovisual, já adotado pelas câmaras do TJSC, permitiu a sustentação oral de advogados da capital e do interior do Estado. Entre os julgados, destaque para o caso de um condutor de veículo que atropelou e matou um pedestre nas proximidades do shopping Iguatemi, na capital. Ao julgar os embargos infringentes e de nulidade (n. 0002765-37.2019.8.24.0000), de relatoria do

desembargador Leopoldo Brüggemann, o Grupo manteve a pronúncia. Por unanimidade, os desembargadores entenderam haver indicativos de que o motorista pode ter agido com dolo eventual na conduta e concluíram pela submissão do caso ao Tribunal do Júri.

- TJMS: TJ decide que não há previsão legal de reexame necessário na absolvição imprópria em homicídio qualificado

Publicação em 06/07/2020

Com o advento da Lei nº 11.689/08, a redação original do art. 411, do Código de Processo Penal, sofreu alteração substancial, passando a não mais estabelecer hipótese taxativa de reexame necessário, no caso de absolvição imprópria em homicídio qualificado. A Remessa Necessária Criminal não foi conhecida pelos desembargadores da 2ª Câmara Criminal.

- GT da CONAMP estuda novo protocolo nacional para investigação de crimes de feminicídio

Publicação em 06/07/2020

Um grupo de trabalho (GT) da CONAMP foi criado com o objetivo de analisar o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio, lançado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O objetivo do GT é analisar o novo protocolo e sugerir as adequações que possam ser necessárias para garantir avanços no enfrentamento à violência contra a mulher. Além da comissão de mulheres da CONAMP, a entidade convidou a Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) e a Ouvidoria das Mulheres do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para integrar o GT.

- TJ-SP rejeita anulação de júri de réu que ficou algemado no plenário

Publicação em 14/07/2020

As algemas não são símbolo de pré-condenação. Com esse argumento, a 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou a anulação do júri de um réu que permaneceu algemado durante todo o julgamento. O homem foi condenado a 24 anos e 6 meses de prisão, acusado de matar a namorada grávida de três meses.

- Três dos réus da chacina de Colniza não vão a júri popular, decide TJ-MT

Publicação em 14/07/2020

Três dos acusados de participarem da chacina de Colniza não vão a júri popular. A decisão é da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Dois acusados que estavam foragidos na época da denúncia ainda serão julgados. Os desembargadores entenderam que não existem provas suficientes contra o suposto mandante do crime, o pecuarista Valdelir João de Souza, o funcionário dele, Pedro Ramos Nogueira, e Paulo Neves Nogueira.

- Juiz cita Santo Agostinho ao conceder perdão judicial a acusado de matar mãe e esposa

Publicação em 14/07/2020

A deusa da Justiça, Têmis, é apresentada sempre com os olhos vendados, uma espada em uma das mãos e a balança na outra. São símbolos que expressam que, ao final, a justiça sempre prevalecerá, principalmente para se corrigir erros passados e garantir a paz de espírito para quem a procura. Recentemente uma sentença do juiz da comarca de Iporã, Antonio José Silva Rodrigues, confirmou de forma inusitada e poética essa premissa.

- Justiça de SC nega liberdade a homem que teve Júri cancelado pela pandemia da Covid-19

Publicação em 29/07/2020

A 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em matéria sob a relatoria da desembargadora Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaeffer, negou

liberdade a homem preso preventivamente e que teve seu julgamento pelo Tribunal do Júri, no sul do Estado, cancelado em razão da pandemia da Covid-19. O réu é acusado de tentativa de homicídio duplamente qualificada e corrupção de menores, por causa de uma dívida de R$ 30. O julgamento, que seria no dia 4 de junho deste ano, foi suspenso por conta da epidemia e ainda não há uma nova data marcada.

- MPF: Competência para julgar crimes contra a vida praticados por militar com vítima civil é do Tribunal do Júri

Publicação em 26/08/2020

A competência para julgar os crimes contra a vida praticados por militar quando a vítima for civil é do Tribunal do Júri, defende o Ministério Público Federal (MPF). Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), a subprocuradora-geral da República Cláudia Sampaio Marques recorreu de decisão que negou seguimento a recurso extraordinário contra o arquivamento de ofício, pela Justiça Militar, de investigação de homicídio de um civil pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

- TJ-SP: Mantida condenação de pais que contataram facção criminosa para matar homens que teriam abusado da filha

Publicação em 28/08/2020

A 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve, ontem (26), júri que condenou cinco pessoas pelo homicídio e ocultação de cadáver de homem que supostamente se relacionou sexualmente com uma garota menor de idade. Três réus, inclusive a mãe e o padrasto da adolescente, foram condenados a 13 anos de reclusão, enquanto outros dois terão que cumprir 17 anos, todos em regime fechado.

- MPSP quer reverter habeas corpus que colocou Mizael Bispo em prisão domiciliar

Publicação em 31/08/2020

O MPSP apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para reverter liminar concedida em habeas corpus pelo ministro Sebastião Reis Junior em favor de Mizael Bispo de Souza. Denunciado pelo Ministério Público e condenado a a 22 anos e oito meses de prisão pelo assassinato da ex-namorada Mércia Nakashima, em 2010, ele cumpre agora prisão domiciliar por causa da pandemia de coronavírus.

- MPRS denuncia por homicídio qualificado e tortura pai que matou filho de 1 ano e 11 meses

Publicação em 01/09/2020

O Ministério Público ofereceu, nesta segunda-feira, 31 de agosto, denúncia contra o jovem de 18 anos que matou o filho de 1 ano e 11 meses em Alegrete. Conforme o promotor de Justiça Rodrigo Alberto Wolf Piton, o acusado cometeu o crime de homicídio com três qualificadoras (motivo fútil; emprego de tortura e meio cruel; e recurso que dificultou a defesa do ofendido), com três agravantes (contra pessoa menor de quatorze anos; contra descendente; e durante estado de calamidade pública). O promotor acrescenta que em outras oportunidades, por diversas vezes, o bebê foi submetido pelo pai a "intenso sofrimento físico e mental, como forma de aplicação de castigo pessoal e medida de caráter preventivo", o que caracteriza, ainda, o crime de tortura contra criança.

- Madrasta acusada de matar enteada envenenada por herança de R$ 800 mil deve ir a júri popular em Cuiabá

Publicação em 03/09/2020

Acusada de envenenar e matar a enteada de 11 anos para ficar com a herança dela, Jaira Gonçalves de Arruda, de 42 anos, deve ir a júri popular, embora ainda não haja data específica. Foi publicada no Diário Oficial da Justiça desta quarta-feira (2) a sentença de pronúncia em desfavor de Jaira, uma decisão que não põe fim ao processo, mas decide que existem indícios de um crime doloso contra a vida, que o acusado pode ser o culpado

e que, por se tratar de um crime doloso contra a vida, o processo será julgado por um tribunal do júri e não por um juiz sozinho.

- Precedentes do TJDFT: Magistrado não pode excluir qualificadora que não seja manifestamente improcedente na decisão de pronúncia

Publicação em 10/09/2020

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) tem o entendimento fixado no sentido de que o magistrado não pode excluir qualificadora que não seja manifestamente improcedente na decisão de pronúncia.

- MPPB: Júri de Piancó acolhe qualificadoras e causas de aumento de pena defendidas pela Promotoria e condena homem a 24 anos de prisão por feminicídio

Publicação em 10/09/2020

Francisco Pires de Sousa foi condenado a 24 anos de reclusão pelo assassinato de Maria do Carmo Clementino de Sousa, ocorrido no dia 24 de abril de 2018, na cidade de Santana dos Garrotes, Sertão da Paraíba. A vítima foi morta a pedradas pelo marido, porque tirou uma fotografia em uma videira, durante uma viagem a João Pessoa para um tratamento de saúde.

- TJSC confirma condenação por tentativa de homicídio para motorista que nocauteou PM

Publicação em 10/09/2020

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, em apelação sob a relatoria do desembargador Sérgio Rizelo, manteve decisão do Tribunal do Júri da comarca de Jaraguá do Sul que condenou motorista pelos crimes de resistência, desobediência, desacato, embriaguez ao volante e tentativa de homicídio contra policial militar em serviço. A câmara, contudo, promoveu pequena adequação na dosimetria da pena do delito doloso

contra a vida, levando em consideração a confissão espontânea do réu para fixá-la em seis anos e oito meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

- Caso Kiss: Réus serão julgados em Porto Alegre

Publicação em 11/09/2020

Por dois votos a um, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, decidiu que Elissandro Callegaro Spohr, Mauro Londero Hoffmann, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Bonilha Leão deverão ser julgados juntos, em um único júri, na Comarca de Porto Alegre. Com isso, os quatro acusados de serem os responsáveis pelo incêndio que causou a morte de 242 pessoas e deixou outras 639 feridas, não serão submetidos ao Conselho de Sentença de Santa Maria, formado por jurados locais, onde ocorreu a tragédia.

- Após atuação do MPAC, réus são sentenciados a mais de 67 anos pela morte de policial penal e por integração em organização criminosa

Publicação em 14/09/2020

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), representado pelo promotor de Justiça Fernando Henrique Santos Terra, conseguiu a condenação de três homens em julgamento realizado nesta quinta-feira (10) pelo Tribunal do Júri. Os réus Paulo Alves Barros e José Jefferson de Araújo Alves, acusados de matar o policial penal Gilcir Silva Vieira, foram condenados por homicídio triplamente qualificado e por integrarem organização criminosa. José Eliton Ferreira de Alencar, também denunciado pelo MPAC, foi condenado por integrar organização criminosa. Somadas, as penas chegam a mais de 67 anos de reclusão.

- TJ-SP anula júri por contradição na votação de quesitos

Publicação em 17/09/2020

Por uma contradição na votação dos quesitos pelos jurados leigos, a 12ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou o júri que condenou um autônomo por matar a filha asfixiada. O julgamento do recurso de apelação aconteceu nesta terça-feira (15/9) e foi unânime.

- TJMT: 21ª reunião do Gemam terá distribuição de oito temas para estudo, incluindo Tribunal do Júri

Publicação em 23/09/2020

Oito temas selecionados pelo coordenador do Grupo de Estudo da Magistratura de Mato Grosso (Gemam), desembargador Marcos Machado, serão apresentados aos juízes participantes da 21ª reunião do grupo, com a expectativa de que eles se transformem em estudos. Seis trabalhos já estão na pauta de debate da reunião de sexta-feira, dentre eles: Pronúncia "in dubio pro societate", juiz João Filho de Almeida Portela.

STJ

- Presunção de influência do júri por comentários do promotor na imprensa não basta para mudança de foro

Publicação em 12/05/2020

A hipótese excepcional de desaforamento do júri popular para outra comarca – prevista nos artigos 427 e 428 do Código de Processo Penal – não pode ser autorizada pela mera suposição de que a imparcialidade dos jurados tenha sido afetada por comentários sobre o processo feitos por membro do Ministério Público na imprensa da região.

- Flexibilização de prisão na pandemia exige análise da situação individual, diz presidente do STJ ao negar HC coletivo

Publicação em 22/07/2020

A falta de informações individualizadas sobre o quadro de saúde dos presos levou o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, a indeferir pedido de liminar para flexibilizar as condições de prisão de todos os detentos em caráter provisório que se enquadrassem no chamado grupo de risco da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

- STJ mantém condenado por homicídio e tráfico em prisão federal

Publicação em 10/08/2020

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento a recurso em habeas corpus apresentado contra decisão do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) que manteve na segurança máxima do sistema prisional federal um condenado apontado como o mais perigoso criminoso daquele estado.

- STJ: Dolo na prática de homicídio se estende ao crime contra segunda vítima atingida por erro de pontaria

Publicação em 10/08/2020

Se alguém comete um homicídio com arma de fogo e, além do resultado intencional, atinge outra pessoa por erro de pontaria, o segundo crime – mesmo não sendo uma consequência pretendida – também deve ser tratado como doloso.

Com esse entendimento, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) que, ao analisar o caso de um homem acusado de matar alguém intencionalmente e atingir outra pessoa de forma não fatal, desclassificou para lesão corporal culposa a conduta relativa ao resultado não pretendido.

- Dúvida na autoria de crime contra a vida deve ser resolvida pelo Júri, diz STJ

Publicação em 11/08/2020

A decisão de pronúncia de crime doloso contra a vida é mero juízo de admissibilidade da acusação, razão pela qual basta que o juiz esteja convencido da materialidade e da existência de indícios suficientes de autoria, conforme o disposto no artigo 413 do Código de Processo Penal. Na dúvida, cabe ao Tribunal do Júri deliberar sobre o assunto.

- STJ: Sexta Turma nega habeas corpus para ex-policial acusado de participar da Chacina de Osasco

Publicação em 14/08/2020

Por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve preso um ex-policial militar acusado de homicídios qualificados consumados e tentados e de formação de quadrilha no caso que ficou conhecido como a Chacina de Osasco. Em agosto de 2015, 23 pessoas foram assassinadas em municípios da Grande São Paulo, supostamente numa retaliação à morte de um policial e um guarda civil durante assaltos.

- STJ: Terceira Seção admite aumento de pena para homicídio contra adolescente maior de 14 anos

Publicação em 17/08/2020

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), adotando posição que já era seguida pela Quinta Turma, decidiu que, na hipótese de homicídio cometido contra pessoa entre 14 e 18 anos, a pena pode ser aumentada em razão da pouca idade da vítima.

Segundo o relator do processo, ministro Sebastião Reis Júnior, o caso foi levado à seção por causa de divergência entre as turmas de direito penal do STJ: para a Quinta Turma, a idade da vítima adolescente pode ser usada para fundamentar a avaliação negativa das

consequências do crime (artigo 59 do Código Penal) e, assim, aumentar a pena-base do homicídio; a Sexta Turma entendia que esse fundamento não era válido.

- Justiça Federal vai julgar engenheiro acusado de matar ex-companheira na Austrália

Publicação em 19/08/2020

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a remessa para a Justiça Federal da ação penal contra o engenheiro Mário Marcelo Ferreira dos Santos Santoro, acusado de matar e ocultar o corpo de sua ex-companheira – brasileira como ele – na cidade de Sidney, na Austrália. Ele está preso preventivamente no Brasil desde 2018, ano em que ocorreu o crime, após supostamente ter fugido do território australiano.

- STJ: Nova Pesquisa Pronta trata das qualificadoras feminicídio e motivo torpe

Publicação em 25/08/2020

A página da Pesquisa Pronta divulgou quatro novos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Organizada pela Secretaria de Jurisprudência do tribunal, a nova edição aborda temas como a aplicação de pena de homicídio em casos de feminicídio e motivo torpe. O serviço tem como objetivo divulgar os entendimentos jurídicos do STJ por meio da consulta em tempo real sobre determinados temas. A organização é feita de acordo com o ramo do direito ou por grupos predefinidos (assuntos recentes, casos notórios e teses de recursos repetitivos).

- Caso Mércia Nakashima: Após inércia da vara de execuções penais, STJ concede domiciliar a Mizael Bispo

Publicação em 26/08/2020

Liminar concedida em 29/6 havia detectado constrangimento ilegal e determinado que, em cinco dias, o Juízo de Direito da 2ª Vara das Execuções Criminais da comarca de Taubaté (SP) apreciasse o pedido de prisão domiciliar formulado pela defesa de Mizael Bispo de Souza. Mas a decisão não foi cumprida.

- Terceira Seção rejeita recurso da Google contra fornecimento de dados no caso Marielle Franco

Publicação em 27/08/2020

Por maioria, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a um recurso da Google Brasil Internet e manteve decisão que determinou à empresa o fornecimento de informações de usuários de seus serviços no âmbito das investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, ocorrida em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro.

- STJ anula pronúncia após juiz dizer que "sem dúvida" ação dos réus foi deliberada

Publicação em 01/09/2020

A pronúncia é uma decisão interlocutória por meio da qual o julgador singular verifica a existência de suporte probatório mínimo da autoria de crime doloso contra a vida. Nessa fase, o dever de fundamentação do magistrado deve ser cumprido dentro de limites estreitos, com linguagem comedida, sob pena de influenciar os jurados.

- Para Sexta Turma, prisão em flagrante pode, excepcionalmente, ser convertida em preventiva sem pedido do MP ou da polícia

Publicação em 17/09/2020

Para a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em situações excepcionais, é possível a conversão da prisão em flagrante em medida cautelar pessoal, inclusive a prisão preventiva, mesmo sem pedido expresso do Ministério Público ou da autoridade policial.

- Policiais acusados da morte de ambulante em São Paulo serão julgados pelo tribunal do júri

Publicação em 21/09/2020

O ministro Ribeiro Dantas reconheceu a competência do tribunal do júri para julgar sete policiais militares acusados de matar o vendedor ambulante David Nascimento dos Santos, de 23 anos, em 24 de abril deste ano, na cidade de São Paulo.

- Terceira Seção examinará competência para desclassificar homicídio doloso imputado a motorista

Publicação em 23/09/2020

A Terceira Seção do STJ afetou para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos um recurso especial no qual se discute se a competência para desclassificar o crime de homicídio doloso imputado a motorista embriagado é exclusiva do tribunal do júri.

Cadastrada como Tema 1.063, a controvérsia tem relatoria da ministra Laurita Vaz. A questão submetida a julgamento é a seguinte: "Examinar se é competência do tribunal do júri a desclassificação da modalidade dolosa para a culposa do crime de homicídio praticado na direção de veículo automotor, quando comprovados a embriaguez e o desrespeito às regras de trânsito".

STF

- Promotor acusado de homicídio poderá ir a Tribunal do Júri

Publicação em 06/07/2020

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal manteve decisão que anulou a absolvição do ex-promotor Thales Ferri Schoedl. Com isso, o ex-integrante do Ministério Público, acusado de homicídio e tentativa de homicídio, poderá ir ao Tribunal do Júri. O julgamento, em sessão virtual, foi encerrado em 5 de junho.

- STF: Decano suspende realização de novo Júri em caso de absolvição genérica contrária às provas dos autos

Publicação em 07/07/2020

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu medida liminar no Habeas Corpus (HC) 185068 para suspender a realização de novo julgamento pelo Júri que foi determinado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), até a análise de mérito do HC, no caso de uma pessoa que foi absolvida por 4 a 1 da acusação de homicídio qualificado, com base no quesito genérico de absolvição, previsto no artigo 483 do Código de Processo Penal.

- Absolvição genérica contrária às provas dos autos não enseja novo Júri, diz Celso

Publicação em 07/07/2020

O Ministério Público não pode questionar, por meio de recurso de apelação, as decisões absolutórias proferidas pelo Tribunal do Júri, mesmo que elas tenham sido proferidas com base no conceito genérico de absolvição e sejam contrárias às provas dos autos.

Com esse entendimento, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu medida liminar em habeas corpus para suspender a realização de novo julgamento pelo Júri que foi determinado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), até a análise de mérito do HC.

- STF: Mantida prisão de denunciados por 24 mortes em desabamento de prédios na Muzema (RJ)

Publicação em 30/07/2020

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a prisão preventiva de Rafael Gomes da Costa e Renato Siqueira Ribeiro, denunciados pela prática de homicídio e lesão corporal grave após o desabamento de dois edifícios residenciais na

Comunidade da Muzema, no Rio de Janeiro (RJ), em abril de 2019. Segundo as denúncias, os desabamentos, que causaram a morte de 24 pessoas e ferimentos em outras três, resgatadas dos escombros, foram causados por defeitos estruturais que "deveriam e poderiam ser evitados", caso fossem observadas as regras legais da construção imobiliária. Ao negar os Habeas Corpus (HCs) 188733 e 188783, o ministro não constatou flagrante ilegalidade na ordem de prisão que justifique a atuação do STF no momento.

- STF: 1ª Turma rejeita HC de acusado de matar advogado por dívida de criptomoeda

Publicação em 04/08/2020

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o Habeas Corpus (HC) 180363, impetrado em favor de D.A.P., acusado por homicídio qualificado em razão de dívida da criptomoeda Bitcoin. Na sessão desta terça-feira (4), a maioria dos ministros aplicou a jurisprudência da Turma, baseada na Súmula 691 do STF, pois o HC foi impetrado contra indeferimento monocrático de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- STF: Mantida prisão preventiva de tanzaniano acusado de matar enteado de sete anos

Publicação em 13/08/2020

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o Habeas Corpus (HC) 189360, em que a defesa do tanzaniano Mzee Shabani pedia a revogação da sua prisão preventiva. Ele é acusado de ter matado o enteado de sete anos em São Paulo em 2015, junto com a mãe da criança, e escondido o corpo no freezer da casa da família.

- Cármen Lúcia restabelece sentença de impronúncia por falta de indícios de autoria do crime

Publicação em 20/08/2020

A ministra do STF, Cármen Lúcia, concedeu HC a paciente acusado de tentativa de homicídio qualificado para restabelecer sentença de impronúncia. A ministra destacou que os depoimentos colhidos na fase inquisitorial não foram confirmados em juízo, não podendo serem usados sob pena de contrariedade aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

- STF cassa decisão do TJ-SP que não observou "cláusula de plenário"

Publicação em 24/08/2020

Conforme prevê a Súmula Vinculante 10, a decisão que não declara explícita e formalmente a inconstitucionalidade de uma lei —mas que alega conflito dessa lei com critérios resultantes da Constituição — equivale a declaração de inconstitucionalidade ela própria. Em sendo assim, tal decisão deve observar a chamada "reserva de plenário", prevista pelo artigo 97 da Constituição, segundo o qual a inconstitucionalidade de qualquer ato estatal só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal.

- Soberania do júri não autoriza imediata execução de condenação, diz IDDD ao STF

Publicação em 04/09/2020

A soberania dos veredictos do tribunal do júri não autoriza a imediata execução de condenação, independentemente do total da pena aplicada. Com base nesse entendimento, firmado pelo professor Geraldo Prado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parecer, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) pediu, nesta quarta-

feira (2/9), que o Supremo Tribunal Federal fixe tese que não permita a prisão imediata após condenação por crime doloso contra a vida.

ARTIGOS

- Investigação de crime doloso contra a vida praticado por militar estadual
- Dever Fundamental
- Videoconferência no Tribunal do Júri causa cisão no mundo do Direito
- O 'in dubio pro societate' no rito especial do júri
- O júri na pandemia e a resistência injustificada à videoconferência
- Recurso contra veredicto injusto do tribunal do júri
- Necro-Hermenêutica
- A videoconferência no tribunal do júri: por uma dialética mais fidedigna
- O STF e o controle judicial da absolvição por clemência no tribunal do júri
- O tribunal do júri e a videoconferência: os problemas da proposta em trâmite no CNJ
- Protagonistas do Júri

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional do Júri

Equipe CAO-Júri:

Vinicius Gahyva Martins – Promotor de Justiça Coordenador
Patricia Mello – Assistente Ministerial